

Notícias Sindicais, 29/01/14

Jornal da Energia, 29/01/14

Eletronuclear aprova Plano de Incentivo ao Desligamento (PID)

Adesão ocorre neste ano; valor do PID será apurado ao fim do processo

Da redação

A Eletronuclear aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada na segunda-feira (27/1), o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID). Segundo a empresa, a efetivação ainda depende de aprovações governamentais, devendo a adesão dos funcionários elegíveis ocorrer ainda em 2014, em data a ser anunciada.

Ao fim do período de adesão, a companhia vai apurar o efetivo custo total do PID, que será reconhecido no resultado do exercício de 2014. O desligamento acontecerá em 2014 e 2015.

A empresa declara que oportunamente informará ao mercado a evolução do PID em referência.

Portal da CUT

Sindieletro-MG mobiliza eletricitários para debater segurança

28/01/2014

Sindicato e Cemig vão se reunir no dia 13 de fevereiro para iniciar a construção do Pacto pela Saúde e Segurança

Escrito por: Sindieletro-MG

No dia 13 de fevereiro, representantes dos eletricitários e da Cemig participarão da primeira reunião para construir o Pacto pela Saúde e Segurança. Antes, em 1º de fevereiro, o Sindieletro promoverá o Seminário sobre linha viva, que ajudará a orientar os compromissos a serem firmados com a direção da Cemig e cumpridos pelo setor de Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar da empresa (Sesmt).

Todos os eletricitistas da linha viva e do plantão estão convidados a participar dos debates na sede do Sindicato, sábado, 1, de 08h30 as 18 h.

Importância do Pacto

O Pacto que começa a ser construído vai debater acidentes fatais e graves que deixam trabalhadores com sequelas e o alto percentual de eletricitários com doenças relacionados ao trabalho. As reuniões vão discutir as mudanças no processo de trabalho na Cemig, buscar eficácia no mapeamento de riscos e de práticas que precisam ser eliminadas para acabar com acidentes graves e fatais na empresa.

O ano começou trágico para os eletricitários e confirma a urgência desse debate. Em apenas 24 horas - entre 9 e 10 de janeiro - ocorreram dois acidentes gravíssimos com trabalhadores a serviço da Cemig, um do quadro próprio e outro de empreiteira.

Opinião do especialista

O engenheiro José Amaro Barcelos de Lima, que está concluindo a pesquisa de mestrado sobre a participação dos sindicatos e dos trabalhadores nas políticas de saúde e segurança, participará do seminário. Ele destaca a importância da conquista do Pacto pelos eletricitários.

Para o engenheiro a maioria das empresas ainda mantém o pensamento equivocado de que, sozinhas, detém o domínio sobre as ações de segurança. "Mas, quando o Sindicato entra nessa interlocução e o trabalhador ganha voz, percebe-se o valor do conhecimento real dele sobre a execução das tarefas e a prevenção de acidentes de trabalho ganha muito em qualidade", diz o diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

Federação Nacional dos Urbanitários

Coelba informa oficialmente aceitação da proposta ao SRTE

A Coelba informou oficialmente ao SRTE e ao Sinergia, na manhã desta segunda, 27, a aceitação da proposta do mediador José Ivan Pugliese, apresentada à empresa e ao sindicato na última reunião realizada no órgão. A proposta já havia sido aprovada democraticamente pela categoria nas assembleias realizadas em todo estado, na última sexta, 24.

A fim de garantir agilidade nos pagamentos dos itens financeiros, o Sinergia deve assinar ainda hoje o ACT 2013/2015 dos coelbanos. Vale destacar que do ponto de vista econômico, este é o melhor acordo do setor elétrico nacional, validado inclusive pelo Dieese. Com relação ao plano, a proposta assegura a manutenção do nosso maior benefício, garantindo que a Coelba arque com os valores da sinistralidade e dos custos médicos no período de dois anos.

É preciso destacar a bravura da categoria nesta campanha, permitindo que o Sinergia arrancasse diversos avanços tanto na pauta específica como na nacional para os coelbanos.

Abono dos dias – Apesar da resistência da Coelba, inclusive já efetuando o desconto dos dias de greve na folha de janeiro, o Sindicato assegura que não haverá corte de ponto, já que condicionou o fechamento do acordo à ausência de qualquer tipo de retaliação.

No caso dos trabalhadores que tiveram dias descontados, haverá ressarcimento dos valores no próximo dia 05/02. Além do conjunto do acordo, esta é uma importante vitória, que mostra o compromisso do Sinergia com os trabalhadores.

Confira a programação de pagamento:

30/01 – Abono e 1ª parcela do 13º para todos, exceto os que saíram de férias em Jan/14;

05/02 – Reposição do corte de ponto;

14/02 – Empréstimo para quem optar;

21/02 – Diferença do ticket;

25/02 – Diferença do salários de novembro, dezembro e janeiro.

*O Sinergia deve publicar, no máximo até esta terça, 28, o resultado final das assembleias de aprovação do acordo. A demora ocorre em razão de algumas lideranças locais ainda não terem enviado as atas e as listas das assembleias, informando o resultado apenas por telefone, fax ou email. O resultado já contabilizado, entretanto, reafirma a informação prestada anteriormente de uma diferença bem acima de 200 votos a favor da proposta do mediador.

Portal da CUT

Segurança do trabalhador não é dever da empresa, diz representante das emissoras de rádio e TV do Ceará

28/01/2014

Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Ceará, filiada à CUT-CE, quer que cada redação tenha uma quantidade mínima de kits de segurança

Escrito por: Sindjorce

"Segurança (do trabalhador) é dever de Estado. Não é dever da empresa. A CLT diz que o trabalhador não pode ir pra rua sem segurança. (O jornalista) pode se recusar a ir pra rua quando achar que a condição (de exercer o trabalho) é insegura".

Foram estes os argumentos utilizados pelo preposto patronal das emissoras de rádio e televisão do Ceará, Ramon Esteves, durante a 2ª rodada de negociação da Campanha Salarial 2014, no último dia 20. O representante não considera necessário o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) para as equipes de jornalismo utilizarem em coberturas consideradas de risco à saúde e à vida dos profissionais de comunicação.

"Se o jornalista não for pra rua, não tem matéria, não tem reportagem", contestou o supervisor do Escritório Regional do Dieese no Ceará, Reginaldo Aguiar. "O que se está reivindicando aqui é o mínimo necessário para que o trabalhador vá a campo trazer a notícia", acrescentou.

Ramon Esteves informou que as emissoras irão contratar um técnico para fazer laudos sobre as normas de segurança aplicáveis às situações de trabalho dos jornalistas. "Para esta cláusula de EPI (Das Normas de Conduta em Coberturas de Risco) e Adicional de Insalubridade aos repórteres-fotográficos, as empresas vão contratar um perito para agir dentro do que está na legalidade", disse.

R\$ 286 é o preço de um kit básico de segurança

A presidente do Sindicato dos Jornalistas (Sindjorce), Samira de Castro, argumentou que a entidade laboral já fez esse laudo e identificou os equipamentos mínimos necessários à garantia da integridade física das equipes envolvidas em coberturas de conflitos sociais.

"Estamos falando de botina, capacete, óculos, máscara facial, respirador, filtro, protetor auricular e, em casos extremos, colete à prova de balas. Um kit de segurança custa em média R\$ 1.918,00. Retirando o colete e a botina, sai por R\$ 286,00. Eis o preço da integridade mínima de um jornalista", argumentou.

Samira acrescentou que a proposta é de que cada redação tenha uma quantidade de kits suficientes para mandar, ao mesmo tempo, duas equipes para a rua em segurança. "A cláusula é muito simples e prevê, inclusive, o treinamento dos jornalistas para utilizar os equipamentos e saber como proceder em casos de violência. Mais uma vez, as empresas de comunicação mostram total insensibilidade para com seus profissionais, a exemplo da Campanha Salarial de Impresso, em que o presidente do patronal, Mauro Sales, disse que jornalista deve rezar antes de ir pra rua", lembrou.

Jornalista, confira quanto vale a sua segurança

Kit com proteção da cabeça/face (capacete, óculos, máscara facial, respirador, filtro e protetor auricular) - R\$ 286,00

Kit com proteção da cabeça/face e pés (capacete, botina, óculos, máscara facial, respirador, filtro e protetor auricular) - R\$ 418,00

Kit com proteção da cabeça/face e tronco (colete a prova de balas, capacete, óculos, máscara facial, respirador, filtro e protetor auricular) - R\$ 1.786,00

Kit com proteção da cabeça/face, tronco e pés (colete a prova de balas, capacete, botina, óculos, máscara facial, respirador, filtro e protetor auricular) - R\$ 1.918,00

Portal da CUT

Carta aberta contra práticas autoritárias e punitivas na EBC

28/01/2014

Comissão de Empregados e sindicatos advertem sobre festival de advertências e suspensões sem direito à defesa e ao contraditório

Escrito por:

A Comissão de Empregados da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e os sindicatos dos Radialistas e Jornalistas do DF, SP e do RJ, vem a público denunciar práticas autoritárias e antidemocráticas da atual gestão da empresa. Este recurso busca por fim ao festival de advertências e suspensões sem direito à defesa e ao contraditório, em situações em que fica clara a intenção de "punir para dar o exemplo", sem investigar e apurar as causas dos acontecimentos.

Estamos diante de um quadro generalizado de insatisfação e frustração que tem acarretado consequências graves como o adoecimento e pedidos de demissão de funcionários (as) com menos de um ano de casa. Em um mês, no Rio de Janeiro, por exemplo, pelo menos três pessoas foram advertidas e uma pessoa foi suspensa por três dias. Entre os casos mais graves, um jornalista foi suspenso por questionar o direcionamento de uma pauta, que não estava de acordo com os princípios da comunicação pública. Um radialista, vítima de assédio moral, também foi advertido por se manifestar contra precárias condições de trabalho às quais estava submetido.

Desde 2013 os empregados (as) da EBC convivem com um clima de "punição como exemplo". O problema chegou a ser um dos fatores relevantes para a decretação da greve nacional na empresa que se estendeu por 15 dias, no ano passado, sem que os métodos e práticas da gestão atual da EBC tenham sido alterados. Ressaltamos que todos (as) punidos são do quadro efetivo da empresa, repreendidos, na maioria das vezes, por gestores ocupantes de cargos comissionados.

Diante desta situação, reivindicamos que todas as punições só sejam passíveis de ser aplicadas depois de instaurada uma sindicância que assegure o direito à defesa, previsto na Constituição de 1988, e que todas as penas aplicadas sem esse procedimento até hoje sejam imediatamente canceladas. Essa medida se faz necessária não apenas para conter o abuso de autoridade, mas para identificar os verdadeiros motivos do "erro", como forma de evitá-los futuramente.

É importante destacar que não temos ainda conhecimento de algum gestor que tenha sido advertido pelo desligamento de forma repentina de todos (as) estagiários (as) da empresa, por ocasião do vencimento de um contrato, sem que um novo procedimento tenha sido feito a tempo. Os contratos em vigor com esses colaboradores foram suspensos dia 14/01, sem nenhum aviso prévio e oficial, o que demonstra mais um descaso da EBC com sua política de pessoal.

Não podemos permitir que nenhuma gestão, sob pena de a comunicação pública ser prejudicada, continue punindo trabalhadores (as) sem o direito à defesa, sem investigar os acontecimentos, ignorando as verdadeiras causas dos problemas e a participação tanto da empresa, quanto dos funcionários.

Comissão de Empregados

Sindicatos dos Jornalistas e Radialistas do DF, RJ e SP

Portal da Força Sindical

Fórum Social Temático debate liberdade sindical e práticas antissindicais

A oficina das centras sindicais "Um outro mundo é possível com trabalho decente", reuniu vários representantes dos trabalhadores, de diversas regiões do mundo para refletir sobre o tema. A atividade foi dividida em três grandes temas e aconteceu na Usina do Gasômetro, nesta sexta-feira, 24.

O presidente da Força Sindical-RS, Cláudio Janta, fez a abertura da oficina e destacou a unidade das entidades para realizarem o evento.

"Através das Centrais e dos nossos encaminhamentos, acreditamos que um novo mundo é possível" destacou. O dirigente ainda afirma que o este espaço irá discutir o tema principal que é o Trabalho Decente", destacou o sindicalista e vereador.

Para abordar o tema "Liberdade Sindical e Práticas Antissindicais", foi convidada a secretária de Mulheres da CUT Nacional, Rosane Silva. Ela afirmou que a Convenção 151 da OIT ainda não foi regulamentada. "Há dúvida sobre essa plena democracia que vivemos. Que democracia é essa que os trabalhadores não têm o direito de se organizar no local de trabalho?", questionou a dirigente.

Em seguida, o professor da Universidade Federal do Paraná, Sandro Lunardi, defendeu que não existe democracia sem democracia no ambiente de trabalho, liberdade de negociação e respeito ao direito de greve. "O Ministério Público é um grande aliado do movimento sindical em várias bandeiras", lembrou.

Para Lunardi, o que é fundamental destacar no tema é que inexistiu de maneira clara, uma legislação que faça a criminalização dos patrões quando praticam atos antissindiais.

"Portanto é fundamental que a classe trabalhadora estabeleça uma agenda de criminalização de ato sindical, que não é mais possível conviver com a ausência de liberdade sindical nos locais de trabalho", frisou.

Ainda segundo o professor, são elementos fundamentais para que os trabalhadores possa ser reconhecida a liberdade: a regulamentação do artigo 11 da constituição federal estabelecendo a organização do local do trabalho, os direitos dos trabalhadores exercitarem a greve sem qualquer intervenção judicial e especialmente sem terem direito de organizarem as suas atividades sindicais podendo fazer as negociações coletivas e estabelecendo as suas contribuições legitimamente decidida nas assembleias. sindical e terem proteções contra atos antissindiais.

Sérgio Bassoli, da CGIL da Itália, definiu a liberdade sindical como pilar fundamental de uma democracia. "Precisamos enfrentar o neoliberalismo e o poder das multinacionais, e a solução é a unidade das centrais sindicais a nível global", disse Bassoli.

Para concluir os debates acerca do tema, o venezuelano José Elias Torres, declarou que os meios de comunicação poderiam ser grandes aliados da democracia e da liberdade sindical.

Portal da Força Sindical

Dirigente da CNTM debate no Fórum Social Temático questões raciais no mundo do trabalho

Rosângela preside a Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Rita do Sapucaí e Região.

Presidenta da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Maria Rosângela Lopes, participou no domingo, 26 de janeiro, de uma Oficina Temática sobre Questões Raciais.

O evento foi realizado em Porto Alegre, durante o Fórum Social Temático realizado de 21 a 26 de janeiro.

A palestra foi conduzida pelo companheiro Francisco Quintino, representante do Inspir (Instituto Internacional do Racismo) e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Força Sindical.

Instituto do Observatório Social

TRT multa Petrobras em R\$ 10 milhões por danos morais coletivos

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ) condenou, por unanimidade, a Petrobras ao pagamento de R\$ 10 milhões a título de danos morais coletivos por prática de condutas antissindiais e violação ao direito de greve durante paralisação de trabalhadores em março de 2009. O valor deverá ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Além da indenização por danos morais coletivos, o colegiado manteve outras determinações da sentença de 1º grau, da 3ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias, para que a Petrobras se abstenha de praticar atos que impeçam ou dificultem o exercício do direito de greve.

Para cada obrigação descumprida, a multa aplicada será R\$ 100 mil. Nas decisões proferidas pela Justiça do Trabalho são admissíveis recursos enumerados no Artigo 893 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A ação civil pública que resultou na condenação foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Na ocasião, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias deflagrou uma greve de cinco dias na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), prevista para começar no dia 23 daquele mês.

Como forma de frustrar a paralisação e manter as atividades da Reduc, a empresa reteve os trabalhadores que iniciaram o turno no dia 22 de março, o que foi constatado durante inspeção no local feita por procuradores do Trabalho.

Na avaliação do juiz Leonardo Dias Borges, relator do acórdão, "tal atitude da reclamada, além de ferir a dignidade do trabalhador - obrigado a permanecer em seus estabelecimentos, frustrando o exercício de sua liberdade de ir e vir, laborando até a exaustão, sem locais apropriados para descanso - visou frustrar a deflagração do movimento paredista".

Ainda no entendimento do relator, não é dado ao empregador impedir ou utilizar meios que dificultem ou impeçam o exercício de tal direito, garantido constitucionalmente. "Mostrou-se cabível a indenização por danos morais coletivos, eis que a conduta da reclamada, de práticas

antissindical, acarreta dano a toda a sociedade". Ao apreciar e recusar o recurso ordinário da estatal, o magistrado disse "não haver nenhuma alegação que possa justificar a conduta da reclamada, nem que sua atividade seja essencial para a sociedade".

O relator ressaltou o fato de que o sindicato da categoria fez várias propostas à Petrobras para manter o funcionamento da Reduc, inclusive manter o percentual de ao menos 30% do pessoal em atividade, o que não foi aceito pela estatal, "que não quis paralisar a totalidade de sua produção".

Por: Agência Brasil

Portal Mundo Sindical

Encontro da CTB Bahia debate desafio da comunicação sindical

A CTB Bahia reúne dirigentes e assessores de comunicação de sindicatos de todo o estado no próximo fim de semana, em Salvador, para debater os desafios de falar para toda a classe trabalhadora. Este será o tema da mesa de abertura do 1º Encontro Estadual de Comunicação da CTB, que começa na sexta-feira (31/1), às 14h, no auditório do Sindicato dos Bancários, no Centro de Salvador. O palestrante será Altamiro Borges, jornalista e presidente do Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé.

O Encontro prossegue durante a manhã de sábado (1º/2), a partir das 9h, com apresentação do planejamento de comunicação da CTB em nível nacional e estadual, com a abertura do debate para colaboração dos sindicatos na elaboração e implementação das ações. O evento servirá também para o lançamento do novo site da CTB Bahia, em fase de construção.

"A comunicação é uma questão fundamental para o movimento sindical, mas ainda temos muita dificuldade de aumentar o alcance das nossas ações na área. O nosso objetivo é aproveitar a experiência do Altamiro Borges para discutirmos formas de superar as dificuldades e instrumentalizar os sindicatos da CTB para falar para toda a classe trabalhadora, não apenas para a nossa base", ressaltou o secretário de Comunicação da CTB Bahia, Emanuel Souza.

Fonte: Ascom CTB Bahia - 28/01/2014

Diap, 29/01/14

Salário mínimo: o desafio do movimento sindical para 2015

Por Antônio Augusto de Queiroz ()*

A política de recuperação do salário mínimo, instituída pela Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, prevê aumento real até 2015, inclusive. Para que a valorização do salário mínimo seja estendida para o período de 2016 a 2019, conforme disposto no art. 4º da referida lei, o governo deverá enviar ao Congresso novo projeto de lei, até 31 de dezembro de 2015.

O movimento sindical precisa incluir esse tema entre suas prioridades, porque o poder econômico, por intermédio dos grandes jornais brasileiros, já iniciou uma campanha pelo fim dos aumentos reais, sob o fundamento de que esse mecanismo causa inflação.

Os editoriais, os artigos e os textos de articulistas – publicados na grande imprensa – alegam que o salário mínimo, com seus aumentos reais, indexa a econômica e enquanto houver indexação não há como debelar definitivamente a inflação.

Ora, nessa perspectiva, o quadro é muito mais grave. Ou seja, os adversários da recuperação do poder de compra do salário mínimo não querem apenas acabar com os aumentos reais, mas eliminar o próprio reajuste anual, com base com no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Se, por absurdo, prevalecesse esse pronto de vista, cairia por terra também o reajuste dos benefícios (aposentadorias, pensões e auxílio-doença) do INSS, porque eles também são reajustados com base no INPC, conforme determina o art. 41-A da Lei 8.213/1991, com a redação dada pela lei 11.430, de 2006.

O trabalho para renovação da política de recuperação do salário mínimo, portanto, deve ser iniciado deste já, de um lado mostrando a importância estratégica dessa política para a inclusão social, e, de outro, promovendo reunião com todos os presidenciáveis para arrancar deles o compromisso de manter o aumento real para o salário mínimo no período de 2016 a 2019. Esse é o principal desafio do movimento sindical.

() Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap.*

Agência Brasil, 29/01/14

Carvão produzido por trabalho escravo abastece churrascarias de São Paulo

Camila Maciel – Repórter da Agência Brasil Edição: Davi Oliveira

A força-tarefa formada por órgãos de fiscalização trabalhista que resgatou 32 pessoas em condição análoga à escravidão na semana passada - após inspecionar 14 carvoarias, durante dois

dias, na divisa de São Paulo com Minas Gerais - constatou que a produção dessa região responde pela maior parte do abastecimento de supermercados e churrascarias de São Paulo. O balanço da ação foi divulgado hoje (28) pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

"Quase todo o carvão que vem para os supermercados e churrascarias de São Paulo é oriundo dessa região, onde predomina o trabalho semelhante à escravidão. Essa operação representou um golpe nessa chaga do estado", disse o superintendente regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros. O trabalho de campo da operação ocorreu nos dias 21 e 22, nas cidades paulistas de Piracaia, Joanópolis e Pedra Bela, que ficam às margens da Rodovia Fernão Dias.

A situação de trabalho em condição análoga à escravidão foi observada em cinco dos estabelecimentos inspecionados. Também foi verificada a existência de trabalho infantil em três delas. Cinco adolescentes foram afastados da atividade degradante. Em um dos casos, o jovem tinha menos de 14 anos.

O superintendente regional do Trabalho em São Paulo aponta que as grandes redes de supermercado que comprarem carvão produzido por trabalho análogo a escravidão também podem ser responsabilizadas. "Vamos conversar com essas redes. Se comprarem, o ministério pode pedir a interdição desses mercados", apontou. Ele informou ainda que o entendimento também deve ser feito com a cadeia produtiva da região de Bragança Paulista, onde fica a maioria das carvoarias.

Além do Ministério do Trabalho e Emprego, participaram da força-tarefa integrantes da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público do Trabalho e do Judiciário. As carvoarias que atuavam em condição de trabalho degradante foram interditadas. Entre as irregularidades, foram encontrados trabalhadores em alojamentos precários, fiação expostas, maquinário irregular, exposição a material químico, além de riscos de acidentes, tendo em vista que não havia equipamento de proteção.

Em um dos casos, os salários eram pagos somente a cada três meses. Com isso, eles eram obrigados a fazer dívidas no mercado na cidade. Embora o dono do armazém não tivesse vínculo com o fazendeiro, foram constatadas dependência financeira e necessidade de o trabalhador ficar na região por causa da dívida. "O trabalho escravo contemporâneo é caracterizado por jornadas exaustivas, condições ofensivas à dignidade e restrição da liberdade por dívidas contraídas. Tem características mais sutis do que uma visão cinematográfica", apontou o procurador do Trabalho Tiago Muniz Cavalcante.

Patrícia Therezinha de Toledo, que atuou como juíza itinerante na operação, destaca que será garantido aos trabalhadores lesados todos os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Há uma legislação própria que faz a rescisão direta do contrato, que significa que, para os não registrados, tem que se fazer anotação e pagamento das verbas rescisórias, como aviso-prévio, décimo terceiro, férias", explicou a juíza do Trabalho. Os custos com deslocamento para os que moram em outros estados também são responsabilidade do empregador.

No último dia 24, sete carvoarias da região assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) se comprometendo a adotar medidas para evitar o trabalho análogo à escravidão. As empresas vão garantir meio ambiente de trabalho seguro e sadio aos empregados; assinar a carteira de trabalho, e não contratar mão de obra infantil.

Organizado por Ernesto Germano